

SEÇÃO
RESENHAS

O tempo nos parques

O tempo nos parques é íntimo, inadiável, imparticipante, imarcescível.
Medita nas altas frondes, na última palma da palmeira
Na grande pedra intacta, o tempo nos parques.
O tempo nos parques cisma no olhar cego dos lagos
Dorme nas furnas, isola-se nos quiosques
Oculta-se no torso muscular dos fícus, o tempo nos parques.
O tempo nos parques gera o silêncio do piar dos pássaros
Do passar dos passos, da cor que se move ao longe.
É alto, antigo, presciente o tempo nos parques
É incorruptível; o prenúncio de uma aragem
A agonia de uma folha, o abrir-se de uma flor
Deixam um frêmito no espaço do tempo nos parques.
O tempo nos parques envolve de redomas invisíveis
Os que se amam; eterniza os anseios, petrifica
Os gestos, anestesia os sonhos, o tempo nos parques.
Nos homens dormentes, nas pontes que fogem, na franja
Dos chorões, na cúpula azul o tempo perdura
Nos parques; e a pequenina cutia surpreende
A imobilidade anterior desse tempo no mundo
Porque imóvel, elementar, autêntico, profundo
É o tempo nos parques.

Vinícius de Moraes



Pensamento ecológico brasileiro: uma luta pela emancipação e liberdade

Geovana Maria Cartaxo de Arruda Freire

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de conservação**: Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, 318p.



Em pesquisa minuciosa e rica, o historiador José Augusto de Pádua demonstra nesse livro como a colonização de exploração se deu no Brasil, num contexto de aventura e predação, imprimindo práticas que até hoje ameaçam o desenvolvimento do país, como as queimadas, derrubadas predatórias da floresta, mortandade de peixes, baleias e peixes boi sem cuidado com os ciclos de reprodução. Mas ao mesmo tempo descortina um pensamento crítico emergente, desde o início da formação acadêmica do país, que se afiliava a uma consciência ambiental avançada, não eurocêntrica, identificada com o desenvolvimento nacional, a abolição da escravatura, a independência e emancipação política. Inovadora. A relação entre o escravismo e a destruição ambiental é revelada, pois a abundância de mão de obra e o desestímulo aos

avanços tecnológicos inerentes ao escravismo foram fatores essenciais para moldar uma agricultura extensiva, predatória e rudimentar no país, que se impõe até os dias de hoje como uma opção insustentável de economia.

Apesar de constantemente identificado com o pensamento contemporâneo, a consciência crítica diante da destruição ambiental foi localizada dentre as preocupações dos pensadores iluministas brasileiros desde o século XVIII. Precisamente entre 1786 e 1888, Pádua colecionou cerca de 150 textos, de mais de 50 autores, que versavam sobre a importância da proteção ambiental para a construção nacional. Não se alegava questões estéticas, éticas, ou o valor intrínseco ou espiritual da natureza; os pensadores identificados arguíam e vislumbravam questões políticas e econômicas. A destruição era descrita como um atraso e não um preço do progresso como muitos desenvolvimentistas atuais percebem a proteção ambiental. José Bonifácio e Joaquim Nabuco são a face mais conhecida desse pensamento, mas não estavam insulados, ao contrário: representam uma vanguarda esquecida pela historiografia que aborda o ecológico, denotando o eurocentrismo presente nesta ciência.

Sob a Influência da economia da natureza de Lineu (1707-1778), baseada na

produção primária, o naturalista italiano Domenico Vandelli (que se estabeleceu em Portugal durante o governo de Marquês de Pombal), fez a reforma universitária e participou da criação dos jardins botânicos de Coimbra e Lisboa. A economia da natureza apresentava o mundo natural como um sistema interdependente, como afirmava Linné em 1760:

A partir do que nós sabemos, é possível julgar quão importante é cada uma das disposições da natureza, de forma que se faltasse uma única espécie de minhoca a água estagnante alteraria o solo e a umidade faria tudo apodrecer. Se uma única função importante faltasse no mundo animal, nós poderíamos temer o maior desastre no universo.

Vandelli alertava contra a destruição, principalmente no Brasil, em que espécies desconhecidas estavam ameaçadas e o potencial agrícola do país sendo erodido pelo domínio de técnicas predatórias.

Os primeiros críticos ambientais brasileiros não se concentraram em uma região do país, mas em diversas, numa riqueza de pensamento e valorização de biomas. Segundo Pádua, eram eles: Alexandre Rodrigues Ferreira (1756 - 1815) na Amazônia; Manuel Arruda da Câmara (1752-1811) Pernambuco; Baltasar da Silva Lisboa (1761-1840) e Manuel ferreira da Câmara Bittencourt e Sá (1762-1835) -Bahia; José Gregório de Moraes Navarro e José Vieira Couto (1752-1827) - Minas Gerais; Antonio Rodrigues Veloso de Oliveira (1750-1824) - no Maranhão; João Severiano Maciel da Costa (1769 -1833) no Rio de Janeiro; José Bonifácio de Andrada e Silva - São Paulo e Rio de Janeiro.

Bonifácio permaneceu 3 décadas na Europa, frequentou o grupo de Vandelli e só retornou em 1819 ao Brasil. Na Europa conviveu com os botânicos Antoine-Laurent de Jussieu e Alexander von Humboldt. Lá escreveu tratados contra a destruição dos bosques e a caça predatória das baleias. A reforma ambiental ganhou sentido político como instrumento de superação do passado colonial. Estabeleceu um nexo causal entre a destruição do meio ambiente e a produção escravista.

Na primeira República esse pensamento encontra eco nos ensaístas Euclides da Cunha e Alberto Torres. Encontram-se diferenças em termos de profundidade, diversidade de questões abordadas, dramaticidades, e principalmente sobre o escravismo. Bonifácio, André Rebouças e Nabuco sustentavam que enquanto vigorasse a escravidão não seria possível estabelecer uma relação saudável entre o homem e a terra no Brasil.

Em 1876, André Rebouças lança a ideia de criar parques nacionais no Brasil, principalmente em Setes Quedas de Guaíra (PR) e na Ilha do Bananal (TO), a argumentação se baseava no progresso que o turismo poderia trazer para as regiões, e não a necessidade de preservar apenas a beleza ou a natureza em si. Os pensadores que tratavam da proteção citavam Humboldt e não Darwin, e nem seu discípulo Haeckel criador da palavra ecologia. A ideia era ligada a um modelo rural de progres-

so, a vida fabril e urbana despertava uma permanente desconfiança. O modelo ideal passava por um rural modernizado com máquinas e produtos químicos, essa agricultura modernizada não era vista como fonte de destruição ambiental, mas essencial para construção de um país civilizado. Bonifácio foi o elo de ligação e corrente de transmissão desse pensamento nacionalista e político de construção econômica.

São muitas as questões de fundo abordadas pelo livro, das quais destacamos o contraste entre o cientificismo progressista e o romantismo na origem da crítica ambiental brasileira. Nos Estados Unidos a campanha pela criação de parques nacionais nas serras da Califórnia, lideradas por John Muir foi influenciada pelo transcendentalismo, fundamentando-se na sublimidade daquelas áreas, segundo ideais de Thoreau. O pano de fundo centrava-se na desconfiança dos resultados da ação humana sobre o mundo da natureza.

Hoje em dia quase todos os chamados melhoramentos feitos pelo ser humano, tais como a construção de casas e a derrubada das florestas e de todas as árvores grandes, simplesmente deformam a paisagem e fazem com que ela fique mais e mais domesticada e sem valor. “*Quem dera um povo que preferisse por fogo nas cercas e deixar de pé as florestas*” (THOREAU, 1984 [1862], p.86).

A ideologia brasileira, salvo exceções pontuais, não se baseou nesta postura romântica, e, portanto, não se preocupou seriamente com o estado de conservação do meio ambiente. No Brasil a campanha de defesa do meio ambiente foi promovida pelos racionalistas, como herança cultural do iluminismo que formaram o pensamento moderno ambientalista.

Pádua revela ainda o papel da igreja nos estados nordestinos, como uma voz de resistência a política de degradação, devido principalmente a uma opção por construir sociedade católicas estáveis e fieis, permanentes, o que se confrontava com a visão utilitarista e imediatista da terra. Dentre as vozes identificadas com um pensamento ambiental crítico, Pádua identifica o frei Vicente Salvador que em 1627 se contrapunha a mudança do nome do país de Santa Cruz para Brasil, representando uma visão mercantilista do uso da terra, exploração da Madeira e não enraizamento na terra, como sugeria o nome Santa Cruz ligado a vida social e bênçãos da religião. Nesse sentido, frei Vicente, também criticava os colonizadores que apesar da visão utilitarista ainda encontravam estabilidade e completava: “...*tudo pretendem levar para Portugal ... E isso não é só os que de lá vieram, mas ainda os cá nasceram, que uns e outros usam da terra não como senhores, só para desfrutarem e a deixarem destruída*” (MATTOS. 2004, p.195).

A importância do livro vai além do resgate histórico e simbólico das raízes do pensamento ambientalista, pois permite compreender o ambientalismo brasileiro nascendo imbricado às discussões sociais e econômicas. Talvez único no mundo que se conecta com os movimentos sociais (socioambientalismo, SANTILI; SANTILI, 2009) e tem como lideranças seringueiros como Chico Mendes e Unidades de Conservação voltadas para o social, como a reserva extrativista. Nesse sentido, esse pensamento

referencia instrumentos essenciais para tomada de decisão na gestão ambiental atual que busca participação e colaboração. Permite compreender a relevância dada por parte dos intelectuais brasileiros ao conhecimento, à ciência e ao meio ambiente, enquanto enfrentavam (e enfrentam) um grupo extremamente conservador e fechado. Por último, a leitura se revela extremamente emancipatória e libertária, desvencilhando a imagem negativa e tosca construída em torno do período imperial brasileiro, por descobrir um pensamento sofisticado e atual que anima até nossos dias as discussões ambientais no país, mas precisam de maior reconhecimento, ímpeto e aplicação por parte dos que manejam e descobrem o meio ambiente no país, principalmente os atuam nas áreas do turismo, ecoturismo, políticas ambientais, conservação ambiental e educação ambiental.

Referências Bibliográficas

MATTOS, I.R. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2001.

SANTILI, M.; SANTILI, J. Desenvolvimento Socioambiental. *In*: PADUA, José Augusto de. **Desenvolvimento, Justiça e Meio Ambiente**. Belo Horizonte- São Paulo, Editora Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)/ Petrópolis, 2009. p. 216-241.

THOREAU, H. Caminhando. *In*: DRUMMOND, J. A. (org). **Desobedecendo: A Desobediência Civil e Outros Escritos de Henry Thoreau**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984 [1862].

Geovana Maria Cartaxo de Arruda Freire: Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Fortaleza, CE, Brasil.

Email: geovanacartaxo@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1146319227790808>

Data de submissão: 12 de dezembro de 2011

Data de recebimento de correções: 08 de janeiro de 2012

Data do aceite: 08 de janeiro de 2012

Avaliado anonimamente